

# Expansão e Desigualdade Territorial no Ensino Superior Brasileiro (2013–2023): Evidências a partir do Índice de Oportunidade Educacional

Vanuzia Silva<sup>1</sup>

Mayk Andrade<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo analisa a evolução e a desigualdade territorial das oportunidades educacionais no ensino superior brasileiro entre 2013 e 2023. A partir dos microdados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o estudo constrói um Índice de Oportunidade Educacional (IOE) que integra três dimensões fundamentais: acesso (matrículas presenciais), conclusão (diplomação) e capacidade docente (relação professor-aluno). A metodologia combina técnicas de padronização estatística e indicadores distributivos, como os índices de Gini e Theil, para avaliar o comportamento temporal e regional das oportunidades formativas. Os resultados indicam que, embora o sistema tenha alcançado estabilidade institucional e melhorias graduais na taxa de conclusão e na relação docente-aluno, as desigualdades regionais permanecem elevadas. As regiões Sul e Sudeste concentram os níveis mais altos de oportunidade educacional, enquanto o Norte e o Nordeste enfrentam restrições estruturais de infraestrutura e corpo docente. Conclui-se que o ensino superior brasileiro atravessa uma fase de consolidação institucional seletiva, na qual a expansão quantitativa não se converteu plenamente em democratização territorial. O estudo reforça a necessidade de políticas de qualificação docente, fortalecimento institucional e integração territorial para que o crescimento do sistema se traduza em equidade e desenvolvimento regional sustentável.

**Palavras-chave:** ensino superior; desigualdade regional; capital humano; desenvolvimento; políticas educacionais.

## Abstract

This article analyzes the evolution and territorial inequality of educational opportunities in Brazilian higher education between 2013 and 2023. Using microdata from the Higher Education Census conducted by the National Institute for Educational Studies and Research (INEP), the study constructs an **Educational Opportunity Index (EOI)** that integrates three key dimensions: **access** (enrollments in on-site undergraduate programs), **completion** (graduates), and **teaching capacity** (faculty-to-student ratio). The methodology combines statistical standardization techniques and distributive indicators, such as the Gini and Theil indices, to assess temporal and regional patterns of educational opportunities. Results show that, although the system achieved institutional stability and gradual improvements in graduation rates and faculty-student ratios, regional disparities remain substantial. The South and Southeast regions concentrate the highest levels of educational opportunity, while the North and Northeast face persistent structural constraints related to infrastructure and qualified faculty. The findings indicate that Brazilian higher education is undergoing a phase of **selective institutional consolidation**, in which quantitative expansion has not fully translated into territorial democratization. The study highlights the need for policies focused on faculty qualification, institutional strengthening, and territorial integration to ensure that system growth effectively promotes equity and sustainable regional development.

**Keywords:** higher education; regional inequality; human capital; development; educational policies.

**JEL:** I23; I24; R11; O15

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Email: vanuzia.silva@ufu.br

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Email: mayk.andrade@ufu.br

## Introdução

A expansão do ensino superior nas últimas décadas representa uma das transformações mais expressivas na estrutura educacional e no desenvolvimento social brasileiro. Desde o início dos anos 2000, políticas públicas voltadas à interiorização das universidades federais e à diversificação institucional, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a criação dos Institutos Federais, promoveram significativa ampliação da oferta de vagas e da presença territorial de instituições de ensino superior. Esse movimento alterou profundamente a escala e a organização do sistema educacional, redefinindo a composição do corpo discente, as funções das instituições e a distribuição geográfica das oportunidades de formação.

Contudo, o crescimento quantitativo do ensino superior não se traduziu necessariamente em uma distribuição equitativa de oportunidades. A literatura aponta que o processo de expansão ocorreu de forma heterogênea, reproduzindo desigualdades estruturais associadas às capacidades econômicas e institucionais regionais (Brito; Guimarães, 2017; Dourado, 2021). Enquanto regiões com infraestrutura consolidada e mercado de trabalho diversificado conseguiram absorver e consolidar a ampliação das vagas, áreas com menor dinamismo econômico enfrentaram limitações persistentes de financiamento, corpo docente e permanência estudantil. Assim, a expansão coexistiu com padrões de concentração espacial que refletem a dependência entre desigualdade educacional e desigualdade territorial.

Nesse contexto, compreender os determinantes e os efeitos da expansão recente do ensino superior requer uma análise que integre as dimensões institucional, econômica e territorial. A literatura em economia da educação contribui ao tratar o ensino como investimento em capital humano (Becker, 1993), mas tende a subestimar os condicionantes distributivos e contextuais que afetam o acesso e o retorno da escolaridade (Bowles; Gintis, 2011; Fine, 2010). A incorporação da dimensão espacial amplia esse debate ao reconhecer que o impacto do ensino superior depende do tecido produtivo e institucional local (Moretti, 2012) e que as disparidades regionais podem limitar a difusão dos benefícios do investimento educacional (Barro; Sala-i-Martin, 2004).

Diante desse cenário, este artigo analisa a evolução e a desigualdade territorial das oportunidades educacionais no ensino superior brasileiro entre 2013 e 2023, com base nos microdados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Para tanto, propõe-se a construção de um Índice de Oportunidade Educacional (IOE), que sintetiza a interação entre as dimensões de acesso, conclusão e capacidade docente, permitindo observar como a expansão do sistema se traduziu, ou não, em maior equidade regional.

A contribuição principal do estudo consiste em oferecer uma leitura integrada da expansão do ensino superior, articulando a análise quantitativa da evolução das matrículas, concluintes e docentes à interpretação qualitativa das desigualdades regionais e institucionais. Ao fazê-lo, busca-se compreender em que medida o ciclo recente de expansão representou um processo de democratização ou, ao contrário, de consolidação seletiva das oportunidades formativas. A investigação fornece evidências relevantes para o debate sobre políticas de educação superior e desenvolvimento regional, destacando a importância de estratégias que combinem crescimento, qualidade e equidade na consolidação de um sistema educacional mais coeso e sustentável.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, a próxima seção apresenta a revisão de literatura, discutindo as principais abordagens teóricas sobre a expansão do ensino superior, suas dimensões territoriais e implicações econômicas. Em seguida, a seção de metodologia descreve as bases de dados, variáveis e procedimentos adotados na construção do Índice de Oportunidade Educacional. Na sequência, a seção de resultados e discussão apresenta as evidências empíricas sobre a evolução e a concentração das oportunidades educacionais no país. Por fim, a conclusão sintetiza os principais achados e discute suas implicações teóricas e de política pública para o desenvolvimento do sistema de ensino superior brasileiro.

## 1. Revisão de Literatura

A ampliação do ensino superior nas últimas décadas altera a escala e a organização dos sistemas educacionais, com efeitos sobre a composição do corpo discente, as funções desempenhadas pelas instituições e a distribuição territorial das oportunidades de formação. À medida que mais estudantes entram no sistema, a estrutura de cursos, a diversidade institucional e os padrões de diferenciação entre instituições tornam-se mais visíveis. Esse movimento não se reduz ao crescimento do número de vagas, envolve mudanças no modo como o ensino superior se articula com o desenvolvimento econômico, com o mercado de trabalho e com as políticas públicas. Nessa configuração, a análise da expansão necessariamente integra dimensões institucionais (formas organizativas e missões), econômicas (retornos da formação e encadeamentos produtivos) e territoriais (localização e capacidade regional de absorção).

Uma forma de compreender o deslocamento de escala é observar o modo como o aumento da participação estudantil reconfigura a estrutura interna do sistema. A passagem de sistemas restritos para sistemas de maior cobertura produz diversificação de perfis institucionais, diferenciação entre cursos e novas combinações de financiamento e regulação (Trow, 2005). Conforme o contingente de estudantes se amplia, instituições com missões distintas passam a coexistir, variando quanto à seletividade, ao espectro de áreas ofertadas, à intensidade de pesquisa e à relação com seus territórios. Essa diversificação não equivale à homogeneização das oportunidades: o acesso formal pode crescer sem que as condições acadêmicas e materiais de formação se tornem equivalentes. A distribuição de cursos intensivos em pesquisa, a proporção de docentes com dedicação exclusiva e as taxas de conclusão tendem a se concentrar onde já existem bases institucionais mais robustas (Marginson, 2016). A expansão, portanto, convive com uma organização interna que mantém segmentações observáveis em qualidade percebida, densidade acadêmica e localização.

A partir desse ponto, torna-se necessário explicitar o vínculo entre a escala do sistema e a sua geografia. A localização de campi, a natureza dos cursos e a disponibilidade de recursos humanos não se distribuem aleatoriamente no território: refletem capacidades econômicas locais, trajetórias institucionais e infraestrutura pública acumulada. Em contextos de grande heterogeneidade regional, a ampliação do acesso tende a seguir a estrutura produtiva preexistente, pois abrir e manter cursos depende de financiamento estável, de docentes qualificados e de demanda sustentada. Assim, o crescimento do sistema, por si só, não indica redistribuição de oportunidades; a verificação dessa redistribuição requer observar se a expansão se combina com permanência estudantil e com disponibilidade docente em equilíbrio com a escala de matrículas. A expansão educacional, portanto, não é apenas uma variável de política pública, mas um processo que expressa e reproduz desigualdades estruturais de desenvolvimento.

A economia da educação oferece instrumentos para relacionar escolaridade e desempenho econômico ao tratar a educação como um investimento que eleva a produtividade do trabalho e, em consequência, o rendimento e o produto agregado (Becker, 1993). Essa formulação permite modelar decisões intertemporais de investimento em capital humano e estimar retornos privados e sociais da escolaridade. No plano das políticas, a interpretação de que a formação de nível superior contribui para o crescimento de longo prazo favorece estratégias de expansão, baseadas na expectativa de que o aumento de escolaridade gera maior produtividade agregada. Contudo, esse enquadramento tende a abstrair parte dos condicionantes institucionais e distributivos que moldam o acesso e a apropriação dos retornos. O investimento educacional não ocorre em mercados de informação e crédito perfeitos; sua realização depende de renda, redes institucionais, estrutura de incentivos e políticas de apoio à permanência. Essas restrições implicam heterogeneidade sistemática nas oportunidades de investir e nos resultados efetivamente observados (Bowles; Gintis, 2011). Ao enfatizar a eficiência individual, corre-se o risco de supor condições homogêneas de oferta e de demanda educacional. Em contextos de desigualdade e de assimetria territorial, essa suposição reduz a capacidade explicativa do modelo estritamente individual (Fine, 2010).

A incorporação da dimensão territorial amplia o alcance analítico da economia da educação ao deslocar o foco do indivíduo para o contexto em que o investimento ocorre. O conhecimento adquirido no ensino superior produz efeitos locais que dependem do tecido produtivo e institucional. A concentração de trabalhadores qualificados pode induzir aumentos de produtividade e intensificar processos de inovação por meio de externalidades de conhecimento e de complementariedades tecnológicas, desde que existam

organizações capazes de absorver e utilizar essas competências (Moretti, 2012). Essa dependência de contexto gera diferenças persistentes: em regiões com base produtiva diversificada, a presença de instituições de ensino superior articula formação, pesquisa e inovação, criando efeitos de encadeamento e aprendizado coletivo; em regiões com mercado de trabalho restrito e baixa densidade institucional, a qualificação tende a migrar ou a ser subutilizada. Com isso, a expansão do ensino superior não se traduz automaticamente em dinamismo econômico local. O potencial de transformação depende da capacidade regional de integração entre oferta educacional e estrutura produtiva.

O debate sobre crescimento e convergência regional aprofunda esse ponto. A equalização de renda e produtividade entre regiões requer que as disparidades iniciais de infraestrutura e capital humano não sejam muito elevadas e que existem mecanismos que aproximem produtividades marginais (Barro; Sala-i-Martin, 2004). Na ausência dessas condições, o sistema tende à persistência de trajetórias divergentes: regiões com maior estoque de capital humano e infraestrutura atraem mais investimentos e profissionais qualificados, reforçando vantagens relativas; regiões com menor estoque enfrentam dificuldades para transformar a ampliação de vagas em efeitos econômicos locais. Nessa lógica, a expansão do ensino superior pode se concentrar onde há maior capacidade de absorção, produzindo ganhos localizados e limitados em territórios menos estruturados. A educação superior, assim, atua como fator simultâneo de crescimento e diferenciação, reforçando a interdependência entre desigualdade educacional e desigualdade territorial.

O caso brasileiro constitui um exemplo emblemático da interação entre a expansão do ensino superior, a configuração institucional do sistema educacional e as desigualdades regionais persistentes. A partir do início dos anos 2000, políticas públicas voltadas à interiorização e à reestruturação da educação superior foram implementadas com o objetivo de ampliar o acesso e descentralizar a presença territorial das instituições. Programas como o Reuni e a criação dos Institutos Federais desempenharam papel central nesse processo, promovendo a instalação de campi universitários em municípios médios e a diversificação da oferta de cursos e vagas (Santos; Rocha; Justo, 2020; Tischer; Rocha, 2019).

Simultaneamente, o setor privado apresentou forte expansão, especialmente por meio de faculdades isoladas e centros universitários, o que contribuiu para a elevação da capilaridade territorial do sistema. Essa dinâmica foi acompanhada por um processo de heterogeneização institucional, caracterizado pela coexistência de universidades de pesquisa, instituições regionais e provedores de ensino de caráter mercantil, o que complexificou a estrutura do ensino superior brasileiro (Tomás; Silveira, 2021).

Evidências empíricas apontam que o número de municípios com oferta de cursos de graduação cresceu substancialmente entre 2010 e 2022, refletindo uma expansão geográfica significativa. Entretanto, tal expansão não se distribuiu de maneira uniforme entre as macrorregiões do país. Estudos demonstram maior intensidade em áreas com infraestrutura consolidada, base econômica diversificada e maior capacidade de atração de docentes qualificados, enquanto regiões com menor dinamismo econômico e restrições orçamentárias avançaram mais lentamente nesse processo (Brito; Guimarães, 2017).

Pesquisas quantitativas sobre os efeitos socioeconômicos dessa expansão indicam que a interiorização das universidades federais esteve associada a incrementos expressivos na presença de trabalhadores qualificados e na geração de empregos especializados, com impactos positivos sobre o desenvolvimento local. Todavia, tais resultados não implicam, por si só, a superação das desigualdades regionais, uma vez que as assimetrias de qualidade institucional, financiamento e prestígio acadêmico permanecem evidentes (Bertolin; Fioreze; Barão, 2024; Santos; Rocha; Justo, 2020).

Essas tendências revelam que o crescimento quantitativo da rede de ensino superior foi acompanhado por persistência de assimetrias estruturais. O avanço em número de cursos e matrículas não se traduziu em uniformização das condições acadêmicas e institucionais. O aumento da cobertura convive com disparidades no perfil docente, nas taxas de conclusão e na densidade das atividades de pesquisa e extensão. Em termos territoriais, regiões mais desenvolvidas mantêm vantagens acumuladas, seja na atração de profissionais qualificados, seja na capacidade de financiar e sustentar a oferta educacional. Já em áreas de menor dinamismo, a ampliação do acesso enfrenta obstáculos de infraestrutura, evasão e escassez de docentes, o que limita a conversão do ingresso em formação concluída e em efeitos econômicos locais.

A articulação entre as dimensões institucional, econômica e territorial é, portanto, fundamental para interpretar a expansão do ensino superior no Brasil. A abertura de cursos e campi gera oportunidades, mas seu impacto depende de mecanismos de sustentação que garantam continuidade e densidade acadêmica.

Financiamento estável, redes de cooperação, incentivos à dedicação docente e políticas de permanência estudantil são elementos que definem se a expansão quantitativa se transforma em processo de formação consistente. Quando essas condições estão ausentes, o crescimento pode produzir efeitos transitórios ou fragmentados, sem alterar significativamente as desigualdades regionais de oportunidade.

Em contrapartida, quando a expansão se combina com políticas de fortalecimento institucional e integração territorial, observa-se maior probabilidade de amadurecimento de ecossistemas regionais de conhecimento, com impactos sobre produtividade, inovação e diversificação setorial. A expansão do ensino superior deve, portanto, ser entendida como fenômeno multidimensional: não apenas crescimento numérico, mas transformação estrutural cuja efetividade depende da interação entre políticas públicas, capacidade institucional e contexto econômico regional. Essa perspectiva permite compreender o ensino superior como parte de um sistema de desenvolvimento que é, ao mesmo tempo, resultado e condicionante das desigualdades sociais e territoriais.

## **2. Metodologia**

### **2.1. Dados e Variáveis**

A base empírica deste estudo é composta pelos microdados do Censo da Educação Superior, produzidos anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para o período 2013-2023. Trata-se do levantamento censitário mais abrangente sobre o sistema de ensino superior brasileiro, cobrindo todas as instituições públicas e privadas autorizadas a ofertar cursos de graduação. A amplitude e a padronização dessa base permitem examinar, em escala nacional e municipal, a evolução da oferta, da conclusão e da capacidade formativa das instituições de ensino superior ao longo da última década.

Foram utilizados dois conjuntos principais de informações. O primeiro reúne os registros dos cursos de graduação presenciais, que retratam a dimensão territorial da oferta educacional. Esses registros contemplam o número de matrículas e de concluintes em cada município e ano, bem como atributos institucionais como rede administrativa, categoria e organização acadêmica. O segundo conjunto compreende os dados referentes às instituições de ensino superior, que informam o tamanho e a composição do corpo docente, desagregados segundo o regime de vínculo: docentes em exercício, em tempo integral e em tempo integral com dedicação exclusiva.

Como o Censo associa os docentes apenas ao município-sede das instituições, adotou-se um procedimento de redistribuição territorial destinado a aproximar a localização efetiva dos professores. O número total de docentes de cada instituição foi alocado entre os municípios em que ela oferece cursos presenciais, proporcionalmente ao volume de matrículas observadas em cada localidade. Essa técnica permite compatibilizar as escalas institucional e territorial dos dados, resultando em uma medida mais precisa da capacidade docente municipal e mitigando o viés de concentração artificial de recursos humanos nas capitais.

O recorte analítico deste estudo abrange exclusivamente os cursos de graduação presencial, com o objetivo de garantir consistência territorial e comparabilidade temporal entre os anos examinados. A unidade de observação corresponde ao município ao longo do tempo, o que possibilita analisar simultaneamente o nível e a trajetória das oportunidades de acesso e de conclusão do ensino superior no território brasileiro. O núcleo informativo da base de dados utilizada foi estruturado em três dimensões principais. A primeira considera a oferta educacional, representada pelo total de matrículas em cursos presenciais. A segunda abrange a permanência e a conclusão, observadas por meio do número de concluintes. A terceira contempla a capacidade docente, expressa pela quantidade de professores vinculados à oferta presencial em cada município e ano. Essa configuração permite avaliar a expansão e a consolidação do ensino superior de maneira integrada, considerando tanto a distribuição territorial das oportunidades educacionais quanto a dinâmica interna de funcionamento e desempenho das instituições

Essas variáveis são combinadas a informações demográficas provenientes das estimativas intercensitárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que permite a construção de indicadores relativos e comparáveis entre municípios de diferentes portes populacionais. O painel resultante compreende todos os municípios brasileiros com registro de cursos presenciais de graduação entre 2013 e 2023, incorporando também atributos institucionais e de localização como rede administrativa, categoria acadêmica e posição geográfica (capital ou interior).

As estatísticas descritivas apresentadas na Tabela 1 sintetizam o comportamento dessas variáveis no período analisado. Os resultados revelam acentuada heterogeneidade territorial, característica estrutural do sistema de ensino superior brasileiro. Em média, cada município registra cerca de 5,2 mil matrículas presenciais, mas o desvio-padrão elevado e os valores máximos superiores a 600 mil evidenciam forte concentração da oferta em poucos centros urbanos, especialmente nas capitais e regiões metropolitanas. O número médio de concluintes, em torno de 772 estudantes por município, segue padrão semelhante, indicando disparidades significativas na capacidade de formação de diplomados.

**Tabela 1 - Estatísticas descritivas dos indicadores do ensino superior presencial no Brasil (2013–2023), expressos por 1.000 habitantes**

Indicador	Descrição	Nº de municípios com oferta presencial	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Matrículas totais (MAT)	Número de alunos matriculados em cursos presenciais de graduação	1373	5.245	24.408	0	677.086
Concluintes (CONC)	Número de estudantes diplomados em cursos presenciais		772	3.867	0	119.320
Docentes (DOC)	Total de professores alocados em cursos presenciais		328	1.228	0	29.414
Matrículas por habitante (MatPC)	Razão entre matrículas e população municipal		27,309	30,066	0	353,403
Concluintes por habitante (ConcPC)	Razão entre concluintes e população municipal		3,97	4,554	0	70,104
Docentes por aluno (DocAlun)	Razão entre docentes e matrículas		0,1	0,241	0	17
Índice de Oportunidade Educacional (IOE)	Média padronizada das dimensões de oferta, conclusão e capacidade docente		-0,001	0,651	-1,288	6,688

**Fonte:** Elaboração dos autores com base nos dados do Censo da Educação Superior.

A distribuição de docentes confirma o padrão de concentração observado no sistema de ensino superior presencial. A média nacional é de aproximadamente 328 professores por município, com desvio-padrão elevado (1.228), o que indica forte heterogeneidade estrutural. Essa variação reflete a coexistência de localidades com estruturas reduzidas, frequentemente limitadas a polos de ensino, e de centros universitários consolidados que concentram até 29,4 mil docentes. Tais diferenças evidenciam a sobreposição de instituições de grande porte, caracterizadas por diversificação acadêmica e vínculos de dedicação exclusiva, com pequenos estabelecimentos isolados e menor densidade institucional.

Mesmo quando relativizadas pela população, as desigualdades permanecem evidentes. As razões de matrículas e de concluintes por mil habitantes apresentam médias de 27,3 e 4,0, respectivamente, com amplitudes que variam de zero a 353,4 no primeiro caso e de zero a 70,1 no segundo. Esses valores demonstram que o tamanho populacional não neutraliza o padrão assimétrico de distribuição da oferta e da conclusão de cursos, reforçando a persistência de concentração espacial das oportunidades educacionais.

A razão entre docentes e alunos, indicador da capacidade formativa relativa, apresenta média nacional de 0,10, mas com amplitude que vai de zero a 17, o que revela profundas diferenças na disponibilidade de recursos humanos por estudante entre os municípios analisados.

Por fim, o Índice de Oportunidade Educacional (IOE), padronizado com média próxima de zero e desvio-padrão de 0,65, varia entre -1,29 e 6,69. Essa amplitude indica a coexistência de territórios com oportunidades educacionais significativamente superior à média nacional e de outros com infraestrutura formativa ainda incipiente, refletindo a desigual capacidade regional de expansão e consolidação do ensino superior.

Em conjunto, as estatísticas descritivas apontam para um sistema altamente concentrado e desigual, no qual a expansão do ensino superior observada na última década não se traduziu em homogeneidade territorial. A presença de poucos polos urbanos que concentram a maior parte das matrículas, dos concluintes e dos docentes reforça a persistência de um padrão hierarquizado de acesso e de capacidade formativa no espaço brasileiro. Essa evidência inicial fornece a base empírica para as análises subsequentes sobre a evolução temporal e a desigualdade regional das oportunidades educacionais no país.

## 2.2. Estratégia Empírica

A estratégia empírica deste estudo articula técnicas de construção de indicadores compostos e análise distributiva para mensurar a evolução e a desigualdade territorial das oportunidades educacionais no ensino superior brasileiro entre 2013 e 2023. O ponto de partida é o desenvolvimento de um Índice de Oportunidade Educacional (IOE), destinado a sintetizar, em escala municipal e temporal, a interação entre os processos de acesso, permanência e capacidade institucional. Essa abordagem adota como referência a tradição de estudos sobre desigualdade educacional e disparidades regionais (Arretche, 2015; Barros; Henriques; Mendonça, 2000), segundo a qual a análise conjunta da oferta e da eficiência formativa permite captar as dimensões estruturais da expansão do ensino superior.

O IOE foi construído a partir de três componentes fundamentais, extraídos dos microdados do Censo da Educação Superior do INEP: o número total de matrículas, de concluintes e de docentes em exercício. As duas primeiras variáveis expressam, respectivamente, a dimensão da oferta e o fluxo de efetiva conclusão de cursos, enquanto a terceira representa a capacidade institucional de ensino, assumindo que a disponibilidade de docentes reflete o potencial formativo local. Para viabilizar a comparabilidade intertemporal e entre municípios de distintas escalas populacionais, as medidas de matrículas e concluintes foram transformadas em indicadores per capita, mediante divisão pela população municipal estimada pelo IBGE para cada ano. A dimensão docente, por sua vez, foi expressa pela razão docentes por matrícula, de modo a capturar a intensidade de recursos humanos em relação ao contingente discente.

Seguindo a literatura de indicadores sintéticos aplicados à análise educacional (Booyesen, 2002; Decancq; Lugo, 2013; OECD, 2008), os três componentes foram padronizados anualmente por meio da transformação em escores-z. Essa normalização reduz o efeito de variações conjunturais entre anos, assegurando que o índice reflita desigualdades relativas dentro de cada período, e não choques agregados externos (como expansão geral de vagas ou alterações regulatórias). O IOE de cada município  $m$  no ano  $t$  é, portanto, definido pela média aritmética dos componentes padronizados:

$$IOE_{mt} = \frac{z(MatPC_{mt}) + z(ConcPC_{mt}) + z(DocAlun_{mt})}{3}$$

em que  $MatPC_{mt}$  representa o número de matrículas por habitante,  $ConcPC_{mt}$  o número de concluintes por habitante e  $DocAlun_{mt}$  a razão entre docentes e matrículas. O índice assume, portanto, interpretação relativa: valores acima de zero indicam desempenho acima da média nacional do ano, e valores negativos denotam desempenho inferior à média.

Para garantir estabilidade estatística, as variáveis contínuas foram *winsorizadas* nos percentis 1 e 99 em cada ano, reduzindo o peso de observações atípicas, uma prática recomendada em estudos com microdados administrativos sujeitos a heterogeneidade extrema (Cowell; Flachaire, 2007; Haughton; Khandker, 2012). Adicionalmente, procedeu-se à análise de robustez substituindo o indicador de docentes

em exercício por docentes em tempo integral e docentes em tempo integral com dedicação exclusiva, conforme a literatura sobre qualidade e intensidade do trabalho docente no ensino superior, com o objetivo de avaliar a sensibilidade do IOE diante de diferentes critérios de mensuração da capacidade institucional.

Após a construção do índice, a análise empírica foi conduzida em dois eixos complementares. O primeiro é temporal, observando a evolução do IOE médio e seus componentes entre 2013 e 2023, com vistas a identificar tendências de convergência ou divergência na oportunidade educacional. O segundo é espacial, voltado à decomposição da desigualdade do IOE entre regiões, unidades federativas e estratos institucionais (rede pública e privada; capital e interior). Foram empregados os índices de Gini e Theil, amplamente utilizados na mensuração de desigualdades educacionais e territoriais (Conceicao; Ferreira, 2000; Neto, 1997), o que permite estimar tanto a concentração geral das oportunidades quanto a contribuição de cada região para a desigualdade total.

Essa estrutura empírica possibilita uma leitura integrada da expansão e da diferenciação regional do ensino superior brasileiro. Ao privilegiar o município como unidade de análise, o IOE aproxima-se de abordagens recentes sobre desigualdade espacial em políticas educacionais (Barros *et al.*, 2012; Soares; García; Carbonell, 2023), ao mesmo tempo em que amplia o foco para a articulação entre oferta, conclusão e capacidade institucional.

### 3. Resultados e Discussão

Entre 2013 e 2023, o ensino superior brasileiro apresentou variações significativas nas dimensões de acesso, desempenho e corpo docente, refletindo mudanças na estrutura de formação e na capacidade de oferta do sistema. A análise do IOE ao longo do período permite compreender como essas dimensões evoluíram de forma articulada, evidenciando o comportamento agregado do sistema em termos de volume de estudantes, fluxos de conclusão e disponibilidade de recursos docentes.

A Tabela 2 apresenta a trajetória nacional dessas variáveis. Entre 2013 e 2015, observa-se expansão contínua das matrículas, culminando em 6,63 milhões de estudantes. A partir de 2016, o ritmo de crescimento desacelera e o total de matrículas passa a declinar, alcançando 5,06 milhões em 2023. O número de concluintes manteve variação mais estável, oscilando entre 830 mil e 990 mil, o que sugere relativa consistência dos fluxos de formação mesmo diante da retração do ingresso. O contingente docente, por sua vez, manteve-se próximo de 360 mil profissionais durante todo o período, com pequenas flutuações anuais.

**Tabela 2 - Evolução dos indicadores agregados do ensino superior presencial no Brasil (2013–2023)**

Ano	Matrículas totais	Concluintes totais	Docentes totais	Taxa de conclusão (%)	Razão docentes por aluno
2013	6.152.405	829.938	367.100	13,50%	0,06
2014	6.486.171	837.304	383.225	12,90%	0,059
2015	6.633.545	916.363	387.889	13,80%	0,058
2016	6.554.283	938.732	383.995	14,30%	0,059
2017	6.529.681	947.606	380.509	14,50%	0,058
2018	6.394.244	990.415	384.264	15,50%	0,06
2019	6.153.560	934.037	385.842	15,20%	0,063
2020	5.574.551	878.229	365.851	15,80%	0,066
2021	5.270.184	842.047	358.147	16,00%	0,068
2022	5.112.663	803.622	360.894	15,70%	0,071
2023	5.063.501	783.385	366.765	15,50%	0,072

**Fonte:** Elaboração dos autores, com base nas estimações.

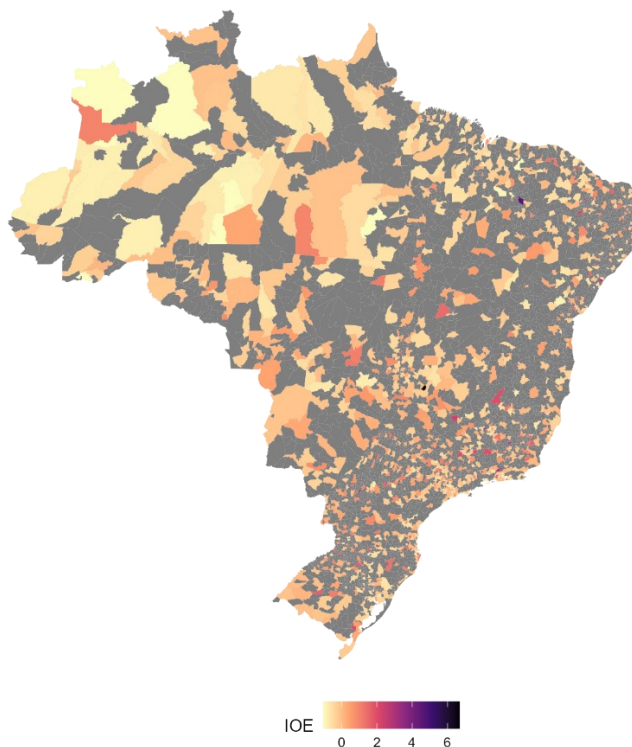
O comportamento conjunto das variáveis indica que o sistema preservou a capacidade formativa mesmo diante da redução do ingresso, fenômeno que a literatura associa à transição de um modelo de expansão extensiva para um processo de consolidação institucional. Conforme destaca Dourado (2008), o ciclo recente do ensino superior caracteriza-se menos pela ampliação de vagas e mais pelo esforço de estabilização das estruturas criadas na década anterior, voltando-se à manutenção do funcionamento e da qualidade das instituições. De forma convergente, Morosini (2014) descrevem essa etapa como uma fase de “qualificação da expansão”, em que o crescimento quantitativo cede lugar à busca por maior coerência entre oferta, corpo docente e desempenho formativo.

A elevação gradual da taxa de conclusão, de 13,5% para 15,5%, e o aumento da razão de docentes por matrícula, de 0,06 para 0,072, indicam um avanço relativo na eficiência interna do sistema. Esse resultado está em consonância com as evidências apresentadas por Santos, Amaral e Luz (2023), que, ao analisarem o período até 2019, argumentam que a consolidação de uma expansão bem-sucedida depende da capacidade de incorporar as especificidades territoriais e institucionais às políticas de oferta, em vez de se restringir à ampliação quantitativa do acesso. Essa tendência evidencia o esgotamento do modelo de expansão centrado no setor privado e sustentado por programas de crédito educativo, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), cujo alcance foi limitado pela crescente ociosidade de vagas e pela restrição financeira do público-alvo. Nesse contexto, observa-se um processo de ajuste estrutural em que o equilíbrio entre capacidade institucional e desempenho acadêmico passa a se sobrepor à mera expansão de vagas, configurando uma nova etapa de racionalização do sistema e reafirmando a necessidade, destacada pelos autores, de democratizar o ensino superior com qualidade e sustentabilidade.

Ao considerar a evolução simultânea dessas dimensões, o período analisado confirma o movimento descrito por Sguissardi (2015), segundo o qual a consolidação do ensino superior brasileiro depende cada vez mais da eficiência de seus mecanismos internos de formação e menos da incorporação de novos contingentes estudantis. Os resultados observados na Tabela 2, portanto, sugerem um sistema em processo de recomposição, no qual a manutenção dos concluintes e a estabilidade do corpo docente coexistem com a retração do ingresso, configurando uma trajetória de racionalização institucional compatível com o estágio de maturação da expansão universitária identificado pela literatura recente.

A distribuição espacial do IOE em 2023, representada no Mapa 1, revela forte heterogeneidade territorial na configuração das oportunidades educacionais. Observa-se a persistência de um gradiente regional marcado pela concentração dos níveis mais elevados nas regiões Sul e Sudeste, especialmente nos eixos urbano-industriais e em áreas de maior densidade institucional de ensino superior. Em contrapartida, grande parte do Norte e do Nordeste apresenta valores relativamente inferiores, com predominância de áreas classificadas nas faixas mais baixas do índice. Esse padrão reforça o diagnóstico recorrente na literatura sobre a concentração histórica da oferta e a desigualdade regional no acesso e na permanência (Dourado, 2008; Sguissardi, 2015).

**Figura 1 - Distribuição espacial do Índice de Oportunidade Educacional (IOE) nos municípios brasileiros, 2023**



**Fonte:** Elaboração dos autores, com base nas estimações.

A espacialização do IOE evidencia também o papel das capitais e dos centros urbanos regionais como polos de concentração das oportunidades formativas. Em estados como São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, observa-se uma difusão territorial mais contínua do ensino superior, resultado de redes institucionais consolidadas e de maior capilaridade de campi públicos e privados. Nas regiões Norte e Nordeste, por outro lado, a presença de extensas áreas com baixos valores do índice está relacionada à dispersão geográfica das instituições e à dependência de polos isolados, o que limita a interiorização efetiva das oportunidades educacionais. Esse padrão dialoga com a análise de Oliveira (2000), que, ao examinar o processo de expansão dos cursos de graduação, destacou o papel dos Campi Avançados como estratégia de interiorização voltada ao atendimento das demandas locais e regionais, embora marcada por desigualdades estruturais que comprometem a sustentabilidade e a equidade dessa expansão.

Essa assimetria territorial confirma que, apesar da estabilidade observada nos resultados nacionais, as oportunidades educacionais permanecem distribuídas de forma desigual no espaço. O padrão verificado no Mapa 1 indica que a expansão recente não produziu convergência significativa entre as regiões, corroborando estudos que destacam a persistência de disparidades estruturais vinculadas à concentração de infraestrutura e de quadros docentes qualificados nas áreas de maior dinamismo econômico (Dourado, 2008).

A compreensão das dinâmicas internas do ensino superior brasileiro exige observar não apenas os volumes agregados de acesso e desempenho, mas também as relações estruturais entre esses componentes e suas variações regionais. A correlação entre matrículas, concluintes e corpo docente, apresentada na Tabela 3, permite examinar como as diferentes dimensões do sistema interagem no território nacional. As elevadas correlações positivas entre matrículas e concluintes em todas as regiões, variando de 0,83 no Norte a 0,92 no Sul, indicam que o volume de estudantes matriculados continua a ser um determinante essencial dos fluxos de conclusão. Em outras palavras, o desempenho do sistema ainda se ancora fortemente em sua capacidade de absorção, o que revela a permanência de uma lógica de funcionamento baseada na expansão extensiva e na reprodução de padrões institucionais consolidados.

**Tabela 3 - Correlação entre componentes do Índice de Oportunidade Educacional por região**

Região	Matrículas	Matrículas	Concluintes
	× Concluintes	× Docentes	× Docentes
Centro-Oeste	0,89	-0,23	-0,24
Nordeste	0,85	-0,26	-0,25
Norte	0,83	-0,02	-0,04
Sudeste	0,91	-0,32	-0,33
Sul	0,92	-0,30	-0,28

**Fonte:** Elaboração dos autores, com base nas estimações.

Entretanto, o fato de as correlações entre docentes e as demais variáveis apresentarem valores negativos nas regiões mais desenvolvidas, como o Sudeste e o Sul, sugere que o crescimento do corpo docente não se traduz diretamente em maiores taxas de matrícula ou de conclusão. Essa desconexão indica uma mudança estrutural no comportamento do sistema, em que as instituições parecem ter alcançado um patamar de saturação da capacidade formativa. A ampliação de vagas e o aumento do número de cursos, característicos da década anterior, cedem espaço para um processo de racionalização institucional, em que o foco desloca-se da expansão quantitativa para a estabilização das estruturas e a busca de eficiência interna. Esse movimento é coerente com as análises de Dourado (2008), que identifica o período recente como uma etapa de consolidação e ajuste da rede de ensino superior, e com as observações de Morosini (2014) sobre a transição de um ciclo de crescimento para outro de qualificação da oferta.

Ao se considerar o comportamento regional, percebe-se que as regiões Sul e Sudeste apresentam sistemas mais integrados, com forte associação entre matrículas e conclusões, mas também sinais de limitação na capacidade de incorporar novos contingentes estudantis sem comprometer a relação docente-aluno. Já nas regiões Norte e Nordeste, onde as correlações entre docentes e estudantes são próximas de zero, a estrutura institucional é mais dispersa e menos coesa, refletindo dificuldades na consolidação de redes regionais e na fixação de docentes qualificados. Essa heterogeneidade espacial reforça a interpretação de que o ensino superior brasileiro evolui de modo assimétrico, combinando zonas de maturidade e eficiência com áreas em que a infraestrutura e o capital humano docente ainda representam obstáculos significativos ao desempenho.

Essas desigualdades estruturais ficam mais evidentes quando se analisa a trajetória temporal dos índices de concentração apresentados na Tabela 4. Entre 2013 e 2019, observa-se uma leve redução na desigualdade das matrículas e dos concluintes, medida pelos índices de Gini e Theil, o que sugere um período inicial de difusão territorial da oferta. No entanto, a partir de 2020, essa tendência perde força e as desigualdades voltam a estabilizar-se em níveis elevados. O Gini de matrículas per capita, por exemplo, cai de 0,554 em 2013 para 0,525 em 2019, mas praticamente se mantém nesse patamar até 2023. De modo semelhante, a desigualdade entre concluintes permanece acima de 0,54 durante todo o período, sinalizando que as oportunidades de formação seguem concentradas em regiões de maior densidade institucional.

**Tabela 4 - Desigualdade (Índices de Gini e Theil) nos componentes do IOE, 2013–2023**

Ano	Gini: Matrículas per capita	Gini: Concluintes per capita	Gini: Docentes por aluno	Theil: Matrículas per capita	Theil: Concluintes per capita	Theil: Docentes por aluno
2013	0,554	0,593	0,313	0,505	0,444	0,218
2014	0,558	0,555	0,298	0,517	0,409	0,186
2015	0,55	0,548	0,276	0,507	0,416	0,165
2016	0,546	0,545	0,292	0,498	0,421	0,204
2017	0,532	0,546	0,291	0,476	0,419	0,19
2018	0,532	0,566	0,369	0,478	0,448	0,483
2019	0,525	0,549	0,366	0,467	0,427	0,62
2020	0,533	0,576	0,331	0,473	0,454	0,274
2021	0,529	0,564	0,344	0,477	0,448	0,324
2022	0,531	0,547	0,417	0,483	0,436	0,75
2023	0,528	0,549	0,339	0,476	0,486	0,381

**Fonte:** Elaboração dos autores, com base nas estimações.

A dimensão mais instável e preocupante é a relacionada à distribuição docente. Os índices de Gini e Theil referentes à razão docente-aluno apresentam flutuações acentuadas, com aumentos expressivos em anos como 2018 e 2022. Essa volatilidade reflete as dificuldades históricas de equalizar a capacidade de formação do corpo docente no país e confirma o papel central dos professores na determinação da qualidade e da equidade no ensino superior. Estudos recentes, como os de Santos (2023) e Oliveira (2000), já indicavam que a concentração de docentes com maior qualificação e dedicação exclusiva em determinadas regiões constitui um dos principais vetores de desigualdade educacional. Os resultados do IOE corroboram essa interpretação, ao demonstrar que a assimetria na distribuição de docentes persiste mesmo quando há estabilidade nas taxas de matrícula e conclusão.

A persistência dessas disparidades sugere que o sistema brasileiro, embora mais eficiente em termos de fluxo, ainda é fortemente condicionado por desigualdades estruturais de infraestrutura, recursos humanos e contexto econômico regional. Em regiões de maior dinamismo, a relação entre docentes e estudantes tende a se estabilizar em níveis mais favoráveis, o que se traduz em taxas mais elevadas de conclusão e maior qualidade percebida. Nas regiões de menor densidade institucional, contudo, o déficit de docentes qualificados compromete a continuidade das trajetórias acadêmicas, reduz a capacidade de inovação pedagógica e limita o potencial de expansão do sistema. Esse padrão reitera o diagnóstico de Sguissardi (2015), segundo o qual o ensino superior brasileiro entrou em uma fase de consolidação seletiva, na qual a maturação das instituições não implica, necessariamente, a homogeneização das condições de oferta.

O conjunto dos resultados revela, portanto, um sistema que amadurece de forma desigual. A combinação entre correlações positivas elevadas entre matrículas e concluintes, correlações negativas com o corpo docente e desigualdades persistentes na distribuição de recursos humanos compõe um quadro em que o ensino superior preserva eficiência agregada, mas carece de mecanismos de redistribuição qualitativa. Essa configuração pode ser interpretada como um ponto de inflexão do ciclo de expansão iniciado nas décadas anteriores. À medida que a expansão extensiva se esgota, a sustentabilidade do crescimento passa a depender de transformações qualitativas que envolvem inovação institucional, fortalecimento da carreira docente e diversificação das estratégias de financiamento.

A robustez metodológica do IOE e de suas variações, apresentada na Tabela 6, reforça a confiabilidade dessas interpretações. As correlações positivas, ainda que moderadas, entre o índice principal e suas versões alternativas indicam consistência interna dos resultados e sugerem que as tendências observadas não derivam de especificações estatísticas, mas refletem efetivamente padrões estruturais do sistema. Essa consistência confirma que o IOE capta dimensões substantivas da organização do ensino superior, traduzindo em indicadores quantificáveis as transformações institucionais e regionais que caracterizam o período analisado.

**Tabela 5 - Correlação de Pearson entre o IOE e versões alternativas do índice (robustez)**

<b>IOE × IOE (com docentes internos por aluno)</b>	<b>IOE × IOE (com docentes internos com dedicação exclusiva por aluno)</b>
0,165	0,175

**Fonte:** Elaboração dos autores, com base nas estimações.

A análise integrada das três dimensões: desempenho, desigualdade e robustez, mostra que o ensino superior brasileiro se encontra em um estágio de consolidação institucional, no qual a estabilidade agregada convive com disparidades persistentes entre regiões e tipos de instituição. O avanço na taxa de conclusão e a melhoria da relação docente-aluno observados em escala nacional indicam ganhos de eficiência, mas a manutenção de elevados níveis de desigualdade demonstra que esses progressos se distribuem de forma desigual. O sistema parece ter atingido um ponto em que a expansão quantitativa já não produz ganhos automáticos de equidade, exigindo políticas orientadas para a qualificação docente, o fortalecimento da infraestrutura regional e o aprimoramento da governança acadêmica.

Essa interpretação dialoga com os achados de Kruss *et.al.* (2015) e Aghion *et al.* (2009), que observam, em contextos internacionais, que a transição para sistemas maduros de ensino superior depende menos da ampliação do acesso e mais da capacidade de gerar valor cognitivo, científico e social a partir de estruturas consolidadas. No caso brasileiro, os dados sugerem que o desafio central consiste em transformar a consolidação quantitativa em equidade distributiva. A sustentabilidade futura do ensino superior dependerá, portanto, da capacidade de reduzir as disparidades regionais e de equilibrar as relações entre acesso, desempenho e disponibilidade docente, de modo a assegurar que a eficiência institucional se converta efetivamente em democratização das oportunidades educacionais e desenvolvimento econômico sustentado.

## **Conclusão**

A análise da expansão do ensino superior brasileiro entre 2013 e 2023 evidencia que o sistema alcançou um estágio de consolidação institucional seletiva, no qual a estabilidade agregada convive com fortes desigualdades territoriais e estruturais. O processo de crescimento iniciado nas décadas anteriores resultou em uma ampla rede de instituições, com maior capilaridade e diversificação organizacional, mas sem a correspondente homogeneização das condições de oferta e desempenho. As evidências apresentadas indicam que a ampliação das matrículas e o aumento do número de municípios com cursos presenciais não foram suficientes para reduzir as assimetrias regionais na capacidade formativa e na distribuição do corpo docente.

A trajetória do IOE revela que, embora o país tenha preservado níveis relativamente estáveis de eficiência interna expressos pelo crescimento da taxa de conclusão e pela melhoria gradual da razão docente-aluno a distribuição dessas oportunidades continua fortemente concentrada. Regiões com maior densidade institucional e base produtiva consolidada, como o Sudeste e o Sul, mantêm vantagem persistente sobre o Norte e o Nordeste, onde o avanço da oferta enfrenta restrições de infraestrutura, financiamento e fixação de professores qualificados. Essa configuração reforça o diagnóstico de que a expansão quantitativa do ensino superior não se traduziu, necessariamente, em democratização substantiva do acesso e da permanência.

Do ponto de vista teórico, os resultados confirmam que a compreensão da expansão educacional requer uma abordagem que articule as dimensões institucional, econômica e territorial. A lógica da acumulação de capital humano (Becker, 1993), embora relevante para explicar retornos individuais da escolaridade, mostra-se insuficiente para capturar a complexa interação entre contexto regional, infraestrutura institucional e dinâmica produtiva local. A incorporação da perspectiva territorial, inspirada em autores como Moretti (2012) e Barro e Sala-i-Martin (2004), permite reconhecer que o impacto da formação superior sobre o desenvolvimento depende da capacidade de cada região em absorver, reter e utilizar o conhecimento gerado.

No campo das políticas públicas, os resultados indicam a necessidade de superar o paradigma de expansão extensiva, centrado na abertura de vagas e cursos, e avançar para uma estratégia de qualificação e integração territorial. Isso implica fortalecer o financiamento estável das instituições, ampliar programas de permanência estudantil, estimular a dedicação exclusiva do corpo docente e fomentar redes regionais de pesquisa e inovação. Apenas a combinação entre crescimento e coesão institucional poderá converter a expansão quantitativa em equidade distributiva e desenvolvimento sustentável.

Em síntese, o ensino superior brasileiro encontra-se em uma encruzilhada entre maturação e desigualdade. O desafio que se impõe é transformar a consolidação obtida nas últimas décadas em um processo de democratização efetiva das oportunidades educacionais, capaz de reduzir as disparidades regionais e de potencializar o papel das universidades como vetores de transformação social e econômica. O futuro do sistema dependerá, portanto, da capacidade de articular eficiência, equidade e territorialidade como eixos estruturantes de um projeto nacional de desenvolvimento educacional inclusivo.

## Referências

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Centro de estudos da metrópole, 2015.

BARRO, Robert J.; SALA-I-MARTIN, Xavier. **Economic growth**. 2nd eded. Cambridge, Mass: MIT Press, 2004.

BARROS, Ricardo Paes de *et al.* **Measuring Inequality of Opportunities in Latin America and the Caribbean**. s.l.: World Bank, 2012.

BARROS, Ricardo Paes De; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 15, n. 42, p. 123–142, 2000.

BECKER, Gary S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. 3. ed.ed. Chicago: The Univ. of Chicago Press, 1993.

BERTOLIN, Julio; FIOREZE, Cristina; BARÃO, Fábio Roberto. Educação superior e desigualdade educacional no Brasil: herança elitista em contexto de expansão do acesso. **Horizontes**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. e023133, 2024.

BOOYSEN, Frederik. An Overview and Evaluation of Composite Indices of Development. **Social Indicators Research**, [s. l.], v. 59, n. 2, p. 115–151, 2002.

BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. **Schooling in capitalist America: educational reform and the contradictions of economic life**. Chicago, Ill: Haymarket Books, 2011.

BRITO, Cristiane Sousa; GUIMARÃES, André Rodrigues. A expansão da educação superior e a desigualdade regional brasileira: uma análise nos marcos dos planos nacionais de educação. **EccoS – Revista Científica**, [s. l.], n. 44, p. 43–66, 2017.

CONCEICAO, Pedro Nmi2; FERREIRA, Pedro M. The Young Person's Guide to the Theil Index: Suggesting Intuitive Interpretations and Exploring Analytical Applications. **SSRN Electronic Journal**, [s. l.], 2000. Disponível em: <http://www.ssrn.com/abstract=228703>. Acesso em: 12 out. 2025.

COWELL, Frank A.; FLACHAIRE, Emmanuel. Income distribution and inequality measurement: The problem of extreme values. **Journal of Econometrics**, [s. l.], v. 141, n. 2, p. 1044–1072, 2007.

DECANCQ, Koen; LUGO, María Ana. Weights in Multidimensional Indices of Wellbeing: An Overview. **Econometric Reviews**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 7–34, 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios?. **Educação & Sociedade**, [s. l.], v. 29, n. 104, p. 891–917, 2008.

FINE, Ben. **Theories of Social Capital: Researchers Behaving Badly**. London New York: Distributed in the United States by Palgrave Macmillan, 2010. (IIPPE).

HAUGHTON, Jonathan; KHANDKER, Shahidur R. **Handbook on Poverty and Inequality**. Washington, DC: World Bank, 2012.

JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA. **A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das Universidades federais: O caso da universidade federal de Goiás (UFG)**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARGINSON, Simon. **The Dream Is Over: The Crisis of Clark Kerr's California Idea of Higher Education**. 1st eded. Berkeley: University of California Press, 2016. (The Clark Kerr Lectures on the Role of Higher Education in Society Series, nº v. 4).

MORETTI, Enrico. **The New Geography of Jobs**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2012.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 385–405, 2014.

NETO, Leonardo Guimarães. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**, [s. l.], v. 15, 1997. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/123>. Acesso em: 12 out. 2025.

OECD. **Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide**. [S. l.]: OECD, 2008. Disponível em: [https://www.oecd.org/en/publications/handbook-on-constructing-composite-indicators-methodology-and-user-guide\\_9789264043466-en.html](https://www.oecd.org/en/publications/handbook-on-constructing-composite-indicators-methodology-and-user-guide_9789264043466-en.html). Acesso em: 12 out. 2025.

SANTOS, Fransuellen Paulino; AMARAL, Pedro; LUZ, Luciana. Expansão do ensino superior e a distribuição regional das universidades brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 25, n. 1, 2023. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7279>. Acesso em: 12 out. 2025.

SANTOS, L. M. de S.; ROCHA, R. de M.; JUSTO, W; Impacto da expansão e interiorização das universidades federais no Brasil na atração de mão de obra qualificada e na criação de postos de trabalho (2002–2010). In: XVIII ENABER, 2020, Online. **XVIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. Online: Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2020. Disponível em: <https://brsa.org.br/enaber-2020/#artigos>. Acesso em: 12 out. 2025.

SGUISSARDI, Valdemar. **Democratização ou massificação? Política de expansão da educação superior no Brasil 2002–2012**. [S. l.]: Diagrama Editorial, 2015.

SOARES, Márcia Miranda; GARCÍA, Encarnación Murillo; CARBONELL, Jesús Ruiz-Huerta. Desigualdades territoriais no financiamento das políticas de educação e de saúde na Espanha e no Brasil. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 57, n. 1, p. e-2022-0168, 2023.

TISCHER, Wellington; ROCHA, Isa de Oliveira. Novas universidades federais para o desenvolvimento regional - Expansão do Ensino Superior público e a interiorização dos campi. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2019, Natal. **XVIII ENANPUR: caderno de resumos**. Natal: Edufrn, 2019.

TOMÁS, Maria Carolina; SILVEIRA, Leonardo Souza. Expansão do ensino superior no Brasil: diversificação institucional e do corpo discente. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [s. l.], v. 9, n. 23, p. 149–177, 2021.

TROW, M. A. **Reflections on the Transition from Elite to Mass to Universal Access: Forms and Phases of Higher Education in Modern Societies since WWII**. University of California, Berkeley, 2005. Working Papers. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/96p3s213>. Acesso em: 12 out. 2025.